

LAVRASPREV- Instituto de Previdência Municipal de Lavras

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 013/2026
COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO LAVRASPREV

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas, reuniram-se, na sede do Instituto de Previdência do Município de Lavras, o Diretor-Presidente, Sr. Luciano Pereira, e os membros do Comitê de Investimentos, Srs. Erbet Vilas Boas Silva, Mariana Roquini Leite e Tiago Assis de Carvalho. Em continuidade às deliberações constantes da Ata da Reunião Extraordinária nº 012/2026, os membros do Comitê reuniram-se para avaliar a implementação da estratégia de redução da exposição da carteira aos ativos de renda variável, mediante realocação parcial dos recursos para fundos de renda fixa. Durante a reunião, foi realizada análise detalhada do cenário econômico vigente. Considerou-se que o ambiente econômico de 2026 permanece caracterizado por taxas de juros domésticas em patamares elevados, inflação em processo gradual de desaceleração, atividade econômica moderada, expectativa de início do ciclo de redução da taxa SELIC no segundo semestre, volatilidade internacional associada ao ciclo monetário norte-americano e maior seletividade do mercado em relação aos ativos de crescimento e fundos de small caps. Nesse contexto, observou-se que estratégias voltadas para dividendos, value investing e modelos quantitativos tendem a apresentar melhor relação risco-retorno, enquanto fundos com maior concentração em small caps permanecem mais suscetíveis à volatilidade. Verificou-se, ainda, que a renda fixa indexada ao IPCA e os ativos de crédito privado de alta qualidade continuam oferecendo retornos reais atrativos quando comparados aos riscos assumidos. Com base nos relatórios gerenciais dos fundos, contendo informações de rentabilidade e Value at Risk (VaR), o Comitê realizou avaliação comparativa dos ativos, utilizando como parâmetro um índice simplificado de retorno ajustado ao risco (Sharpe implícito), conforme demonstrado na tabela anexa. Após análise dos indicadores de desempenho, risco e perspectivas de mercado, o Comitê deliberou pela realização dos seguintes resgates:

- R\$ 600.000,00 do Fundo 4UM SMALL CAPS RESP LIMITADA FIF AÇÕES – CNPJ nº 09.550.197/0001-07 (cotização D+20);

- R\$ 600.000,00 do Fundo ARBOR II FIC AÇÕES – CNPJ nº 47.756.349/0001-11 (cotização D+3 úteis ou D+12 úteis, conforme regulamento);
- R\$ 2.000.000,00 do Fundo AZ QUEST SMALL MID CAPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES – CNPJ nº 11.392.165/0001-72 (cotização D+30);
- R\$ 1.500.000,00 do Fundo TARPON GT INSTITUCIONAL FIF – CNPJ nº 39.346.123/0001-14 (cotização D+92);

Considerando os diferentes prazos de cotização e liquidação dos fundos resgatados, deliberou-se que os recursos serão aplicados, à medida que forem disponibilizados, no Fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP – CNPJ nº 11.061.230/0001-87, destinado à gestão de liquidez e alocação de curto prazo. Adicionalmente, o Comitê deliberou pelo resgate de R\$ 12.000.000,00 do Fundo CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA – CNPJ nº 23.215.008/0001-70, para posterior aplicação de R\$ 8.000.000,00 no Fundo CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP – CNPJ nº 11.061.230/0001-87 e de R\$ 4.000.000,00 no Fundo BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO – CNPJ nº 13.322.205/0001-35. A decisão fundamentou-se na análise comparativa dos fundos, considerando aspectos de rentabilidade, volatilidade, risco e custos. Verificou-se que os fundos apresentam características semelhantes sob a ótica de risco e retorno, contudo o Fundo Caixa Topázio possui taxa de administração inferior, fator que contribui para maior eficiência da rentabilidade líquida ao longo do tempo, especialmente considerando os volumes envolvidos. Na sequência, os membros do Comitê procederam à análise da execução orçamentária e do fluxo de caixa do Instituto. Foram apresentados os dados referentes à evolução das receitas previdenciárias, notadamente as contribuições dos segurados e do ente patrocinador, bem como as despesas com pagamento de benefícios e a posição atual das disponibilidades financeiras. Após análise das informações, verificou-se que o fluxo de caixa projetado para o exercício de 2026 comporta a manutenção das obrigações correntes do plano previdenciário, preservando margem adequada

de liquidez para suportar novas alocações sem comprometimento dos compromissos de curto prazo. Constatou-se, ainda, compatibilidade entre as projeções de ingressos e desembolsos e a estratégia de investimentos vigente, observando-se os objetivos de liquidez, segurança e rentabilidade previstos na Política de Investimentos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Erbet Vilas Boas Silva
CP RPPS CGINV-I
CPA10-ANBIMA

Mariana Roquini Leite
CP RPPS CGINV-I

Tiago Assis de Carvalho
CP RPPS CGINV-I

Luciano Pereira
Diretor Presidente
CP RPPS DIRIG-I